

# **A literatura sem nome de lugar: a condição paratópica do escritor negro no Brasil**

PEDRO DE SOUZA  
(UFSC)

Este texto<sup>1</sup> é o lance inicial de dados para pensar um certo modo de constituir o espaço literário como um campo de enunciação determinado pela assimilação do sujeito escritor a um lugar problemático de expressão. Está em foco aqui a minoridade como condição de aparecimento do escritor e de sua obra. Que relação necessária pode se estabelecer entre a difícil auto-designação do sujeito e sua criação? Esta questão tem sido posta de diferentes maneiras para diversas posições de minoria.

Neste trabalho, quero ensaiar uma reflexão sobre a emergência de uma literatura e de uma linhagem de escritores cujas condições de possibilidade surgem da existência de um lugar identitário não nomeável para enunciação de uma subjetividade. Após algumas considerações conceituais de partida vou focalizar a situação do poeta Cruz e Sousa na literatura brasileira e os discursos que o engatam e o desengatam de um regime racista de enunciação.

Ao propor um novo modo de relacionar obra literária e contexto, Maingueneau<sup>2</sup> procede antes de tudo uma inversão. Ao invés de enfatizar, como se faz na tradição estética romântica, a originalidade criativa do escritor, Maingueneau propõe a maximização do caráter institucional da literatura. Vê-se aí o viés foucaultiano em que se concebe o discurso como o ato de linguagem que produz aquilo de que fala. O espaço literário equivale portanto a uma prática discursiva.

Deste modo, Maingueneau segue argumentando que as condições de possibilidade para alguém ser reconhecido como escritor estão ligadas às regras específicas que constituem o campo literário como espaço discursivo. Tais regras dizem respeito às representações associadas à condição enunciativa em que emerge o autor. Pelo ato de escrever, aquele que escreve constitui-se designando-se como pertencente a um campo institucionalmente regulado.

Acontece, porém, algo de paradoxal neste exercício de pertinência. É que pertencer ao campo literário é ao mesmo tempo pertencer ao campo social mais amplo. Isto porque, para Maingueneau, há o domínio da literatura e o da sociedade. Aquele está incluído neste. Por isto ele problematiza nos seguintes termos o que assinala como a pertinência impossível do escritor:

*Longe de enunciar num solo institucional neutro e estável, o escritor alimenta sua obra com o caráter radicalmente problemático de sua própria pertinência ao campo literário e à sociedade (grifo do autor). Não é uma espécie de centauro, uma parte a qual estaria imersa na gravidade social e a outra, a mais nobre, voltada para as estrelas, mas alguém cuja enunciação se constitui através da própria impossibilidade de se designar um "lugar verdadeiro"<sup>3</sup>.*

Na verdade, é esta relação de exterioridade entre campo literário e sociedade que é problemática em Maingueneau. Ele próprio o admite. O problema deste autor é aplicar aqui um ponto de vista que relaciona de modo estanque a parte e o todo, respectivamente campo literário e sociedade. “De certo”, diz ele, “esse campo faz, em certo sentido, parte da sociedade, mas a enunciação literária desestabiliza a representação que normalmente fazemos de um lugar, com um fora e um dentro”.

O que procura Maingueneau é uma maneira de evitar que a literatura seja tomada como “qualquer outro domínio da atividade social e seja definida como algo à parte”. Contudo, ao mesmo tempo em que a literatura não pode fechar-se sobre si, não pode também confundir-se com a sociedade.

Maingueneau rejeita ainda a querela das corporações de escritores propaladas a modo de outras corporações como engenheiros, hoteleiros etc. Tomando a sociedade como continente global, Maingueneau salienta o paradoxo de poder definir aí um lugar para a literatura e não poder designar-lhe um território. Assim a literatura fica sem localização, desterritorializada relativamente ao seu modo de existência no corpo social. A esta instabilização inexorável inerente ao campo literário, Maingueneau chama de *paratopia*.

Se o conceito formulado por Maingueneau é produtivo para quebrar a associação dicotômica entre obra literária e contexto é porque permite atribuir estatutos próprios a cada uma dessas instâncias. Deste modo, é possível pensar a noção de sociedade como o correlato de formações discursivas nas quais o campo literário funciona como uma entre outras modalidades de exercício da função enunciativa, ou seja, os dizeres que tornam possíveis seus objetos e os sujeitos que neles se constituem.

Assim é que, tomada como uma modalidade de enunciação de caráter instável, nômade, a *paratopia* pode assumir diferentes feições, conforme a época e o contexto social em foco. O próprio das enunciações

paratópicas é sinalizar um processo discursivo de constituição de sujeito em que, ao enunciar, este coloca em cena sua deslocalização. Para Maingueneau, este traço constitutivo do conceito de *paratopia* designa o campo literário como um espaço discursivo.

Com o conceito de *paratopia*, Maingueneau quer designar o espaço literário, assinalando nele uma tendência que apresentam certos grupos de escritores a se identificar com as minorias marginalizadas. Isto não quer dizer que qualquer formação social minoritária historicamente circunscrita constitua por si própria um bloco homogeneamente marginal. A condição paratópica das minorias está necessariamente referida a um lugar à margem do qual estas acontecem como instância enunciativa descentrada. Sustentadas em um regime de discurso, as minorias aparecem configurando dispositivos de enunciação cujos elementos tecem o espaço literário e o sujeito que nele produz obra.

Escrever na posição enunciativa daqueles que se encontram à margem da linha fronteira da subjetividade normatizada em dada sociedade seria a condição discursiva em que o escritor constitui a si em situação paratópica: cometer atos de enunciação na posição de homossexual, judeu, negro, segundo dadas circunstâncias, pode ser ao mesmo tempo denunciar-se deslocado, justamente porque o próprio de tais designações minoritárias é estarem fora de discurso.

Não se trata da produção do escritor como sujeito engajado relativamente ao compromisso que estabelece fazendo da identificação com os marginalizados a razão de sua obra. Trata-se antes da condição sem a qual a identidade de escritor não se faz. Ou seja, trata-se do regime discursivo que define e delimita, em certo campo enunciativo, a diferença entre ser e não ser escritor.

Há aí uma grande distância entre aqueles cuja obra acrescenta-lhes a função enunciativa de porta-voz como traço de sua subjetividade e aqueles cuja auto-designação ou invenção de si como fora de lugar,

## A LITERATURA SEM NOME DE LUGAR

mediante alguma contingência histórica e biográfica que o assimila a uma minoria, é condição paratópica de pertença ao campo dos que fazem literatura. Entre os primeiros, no contexto da escravidão negra associada ao movimento abolicionista, pode-se exemplificar com o nome de José do Patrocínio, e no segundo grupo, é possível colocar Cruz e Sousa, por razões que pretendo expor mais adiante.

Mas nem só de criação literária se tece modos paratópicos de expressão. Há múltiplas formas discursivas de ser menor e de conseqüentemente figurar uma *paratopia*, conforme dadas regras de enunciação, as mesmas que possibilitam as minoridades subjetivas: panfletos, manifestos, imprensa alternativa são, além das formas estéticas ou literárias de escritura, exemplos de espaços de enunciações deslocadas.

#

Dado o campo literário como forma de *paratopia*, tal como apresentado até aqui, a partir do que propõe Maingueneau, quero neste trabalho experimentar uma análise em que a escravidão negra poderia constituir uma estrutura paratópica de enunciação. Trata-se de problematizar os modos pelos quais é possível enunciar-se como escritor neste lugar e nele produzir obra. A questão que deve permear esta análise pode ser assim formulada: de que maneira a escravatura e a produção do negro como minoria social podem ser tomadas como uma *paratopia*, isto é, o não-lugar que deriva as condições de enunciação que, no exercício da literatura abolicionista forjada sobretudo a partir da segunda metade do século 19, tornam possível a emergência do escritor?

Sobre a condição do escravo africano escreveram brancos e negros. Neste trabalho, é o que está dito acerca da presença do negro na literatura brasileira que tomo como ponto de partida. Esta é a questão cruciante em torno da qual, no conjunto das coisas ditas neste campo, constituo aqui um arquivo como um dispositivo de análise. Em meio a esta série de dizeres tomados como arquivo é possível pontuar o processo

pelo qual o negro se torna escritor a partir de sua própria situação paratópica<sup>4</sup>. Trata-se de rastrear, no acontecimento de sua escrita, os modos muito particulares de um negro tornar-se escritor enunciando-se no não-lugar.

Mas não é possível fazer este percurso analítico sem passar pelas valorações atribuídas à literatura produzida por negros preocupados com a discriminação racial. Mesmo porque é sobre esta perspectiva de valor que se faz e opera o arquivo como dispositivo de análise neste trabalho. Especificamente, entre estas perspectivas valorativas, destaco aquelas em que Brookshaw<sup>5</sup>, citando C.L. Innes, denuncia e formula a maneira como, no contexto do preconceito racial, os negros ocupam o espaço literário forjando sua subjetividade de escritor:

O escritor poderia ocultar tão habilmente sua identidade e orgulhar-se [tanto] de sua aptidão para escrever que nenhum crítico poderia adivinhar sua origem, ele poderia escrever como um nativo, utilizando as formas dialetais herdadas e os dois pontos principais, humor e ternura (...), ou poderia protestar abertamente contra a opressão econômica e política de seu povo, utilizando a linguagem e a forma literária há muito sancionada pela tradição européia<sup>6</sup>.

Enunciados como estes perfariam a rede discursiva em que se distribui os negros escritores que, em suas criações, tematizariam e reivindicariam a afirmação racial e aqueles que ignorariam o problema da diferença racial. Há nesses dizeres a enunciação de um libelo que é, ao mesmo tempo, um pedido de prestação de contas. Como é possível que poetas e romancistas de descendência africana tenham se deixado assujeitar a uma literatura ditada por brancos? Teria existido na América Latina uma experiência literária negra cuja singularidade de seus criadores consistiria em esquecer sua negritude representando a si em “uma escrita branca”<sup>7</sup>?

## A LITERATURA SEM NOME DE LUGAR

Colocar esses enunciados na forma de interrogação já é aqui uma estratégia analítica. Trata-se de fazer aparecer um entre outros discursos que funcionam sob as afirmações que as perguntas pressupõem. Absolutamente convencido da “*ausência de uma literatura de escritores negros preocupada especificamente com questões raciais*” (grifo meu), Brookshaw, apoiando-se em outras vozes do cânone da história literária, faz desfilar os nomes de escritores sobre os quais recai seu libelo de militante contra o preconceito racial.

Escrever fingindo ser branco é a sentença pronunciada a que deve corresponder como prova a produção de uma obra inteiramente alheia às origens raciais, quer pela referência temática, quer pelo estilo de escritura. Na fileira de escritores irlandeses, africanos e americanos estudados por Innes, Brookshaw ajunta, no banco dos réus, brasileiros como Machado de Assis, Tobias Barreto e Cruz e Sousa. Estes são indiciados como exemplos inquestionáveis de uma opção: submeter-se a um regime de conduta como condição da constituição de sua obra e de si como escritor, dentro de um espaço literário cujas regras eram da hegemonia branca.

Aplico aqui a metáfora do inquérito para compor esta análise. Não para produzir a defesa dos autores negros acusados de traidores de sua raça. Minha pretensão é dar luz ao discurso que cataloga a mesma linha de enunciados em outro arquivo: o dos escritores que se descolam da etiquetagem identitária atribuída criando para si um lugar não cifrável de autoria e de singularidade. Estou assim à cata do processo discursivo que reconduz escritores negros, tais como os exemplificados por Brookshaw, à sua condição paratópica, aquela determinada pelo não-lugar da diferença racial.

No espaço deste artigo, só disponho de elementos para discutir a posição problemática aplicada a Cruz e Sousa no campo literário. Por isto não vou propor uma abordagem de conjunto incluindo um maior número de autores, mas uma consideração pontual e esquemática com base no problema que levanto acerca da construção paratópica de Cruz

e Sousa como poeta negro no cenário da literatura brasileira.

No texto de Brookshaw<sup>8</sup>, chama a atenção o modo com que Cruz e Sousa é designado entre aqueles negros que puderam ser escritores graças ao esquecimento de sua condição racial. Não interessa aqui apontar nas formulações deste historiador da literatura o seu estatuto de comentário isento apoiado em uma suposta neutralidade autoral. Neste ponto é de extrema importância advertir, à guisa de procedimento metodológico, que baliza uma análise de discurso, que toda vez que menciono o nome de Brookshaw, faço-o no interior de uma rede de discurso.

Isto significa que ao associar o seu nome às afirmações tomadas como objeto de análise neste artigo, indico que tais afirmações pertencem a um processo discursivo em que Brookshaw, Innes, Bastide e outros são tão somente pontos de emergência enunciativa do discurso em questão, ou seja, em termos foucaultianos, funções derivadas dos enunciados associados à posição do negro na literatura latino-americana. Ficam assim salvaguardadas quaisquer imputações a um eu originário de onde partiriam as afirmações focalizadas. Trata-se de aplicar ao nome próprio uma posição de sujeito.

Introduzida a advertência, retiro do texto de Brookshaw algumas afirmações que podem apontar para o discurso que as sustenta:

*Cruz e Souza, cujas referências à raça são camufladas por uma espessa floresta de símbolos.*

*Cruz e Souza, como Machado de Assis e Tobias Barreto, tentou ocultar suas origens humildes escrevendo uma poesia de extrema habilidade técnica e sensibilidade.*

*Bastide escreveu sobre ele: "A torre de marfim, o poema obscuro, compreensível a uma pequena minoria, a cultura doentia*



## A LITERATURA SEM NOME DE LUGAR

*das reticências e de sutilezas, eis o que oferece o maior poeta afro-brasileiro para provar sua aristocracia”.*

*A busca pelo poeta do ideal estético, da experiência inefável, torna-se mais dinâmica pelo fato de ser inextricável da sua busca de redenção racial e do seu esforço de escapar de suas origens negras.*

Não é tanto o que dizem estas afirmações que é intrigante, mas o que evita dizer ao expressar o que expressa. Há um gesto de objetivação absoluta do modelo estético para dar conta de um problema: como pode este negro habitar uma forma de escritura que lhe é diferente e indiferente e tornar-se nela um poeta? O problema está no descompasso entre a origem inquestionavelmente localizada do estilo da escrita referenciada e a deslocalização do sujeito que se constitui pelo exercício desta escrita.

Nesta lógica, nada mais apropriado do que propor uma subjetividade sob a égide da suspeita: Cruz e Sousa blefa, pois é o poeta que finge ser o que não é para parecer o que não pode ser, ou, quando muito, suportar o impossível de sua pertença. Certamente, pode-se marcar aqui um outro funcionamento discursivo, que resignifica a condição paratópica do poeta negro. Ou seja, trata-se de, nesta nova perspectiva, colocar em suspenso o discurso que suspeita da legitimidade subjetiva deste poeta, já que, no campo literário, ele representa uma voz sem lugar de enunciação.

Para fazer visível o incômodo da identidade apagada presente na rede de discurso em questão, basta ressaltar, no nível das formulações lingüísticas que compõem os enunciados destacados acima, como o discurso opera o recorte do espaço enunciativo em que a poesia de Cruz e Sousa faz obra.

O mesmo dispositivo lingüístico, aqui orientado para o ato de designar<sup>9</sup>, recorta e distribui no espaço discursivo funções enunciativas que resultam:

1. na forma objetiva de a poesia a ser lida (*referências camufladas, uma espessa floresta de símbolos, torre de marfim, poema obscuro*);
2. nas modalidades de enunciação que fixam:
  - 2.1. a posição do sujeito que cria (*busca pelo poeta do ideal estético, da experiência inefável, busca de redenção racial, esforço de escapar de suas origens negras, redenção racial, provar sua aristocracia, ocultar suas origens humildes*);
  - 2.2. a posição do sujeito fruidor (*compreensível a uma pequena minoria, cultura doentia das reticências e de sutilezas*).

Assim se pode descrever o dispositivo que delinea o campo enunciativo da crítica quando se trata de aludir ao modo de existência de uma literatura de escritores negros no Brasil. Sob o aspecto da subjetivação da autoria, traça-se múltiplos pontos apreciativos construindo a linha que ao mesmo tempo constitui e faz a ligação entre a vida e a obra do poeta em questão. No caso de Cruz e Sousa, esta é a sentença mais repetida: escreveu para expor a si e a outros o indesejável de si mesmo, sua negritude.

Sob o aspecto da objetivação, a mesma linha que tece a forma-sujeito bifurca-se a partir do ponto convergente onde vida e obra estão inextricavelmente vinculados. Aí o discurso esculpe as feições da poesia, a modo de amálgama da identidade apagada em seu criador. Este movimento discursivo pode ser ilustrado em uma formulação como esta, que faz eco na voz de Brookshaw<sup>10</sup>:

*É esta busca de um ideal disfarçado que torna a poesia de Cruz e Souza tão complexa e original e seu simbolismo tão trágico.*

Duas interessantes operações de discurso aparecem aqui. A primeira, localizada na formulação à esquerda do pronome relativo

## A LITERATURA SEM NOME DE LUGAR

*que*, marca uma das modalidades de designação da subjetividade do escritor. A segunda operação do discurso é a que toma a referência ao sujeito, constituída pelo primeiro fragmento do enunciado, como o ponto de partida pelo qual torna possível dizer o objeto-poesia, o que se apresenta no fragmento introduzido pelo pronome relativo. Em outros termos, esta operação mostra como em discurso é possível derivar a obra da vida do escritor. Remeto aqui à noção de interdiscurso — o espaço de uma certa relação possível entre sentidos virtuais e atualizados em dados campos de memória. Desse espaço provêm formulações como a que destaco, gestos de especulação discursiva produzindo vida e obra em Cruz e Sousa.

O mesmo movimento pode ser assinalado nessas outras formulações, também registradas pelo rigor militante de Brookshaw<sup>11</sup>:

*Em sua poesia, o branco, seja em termos de céu, luar, neve, espumas ou estrelas, representa um ideal estético, embora em alguns poemas representa a esterilidade e a morte. O preto, representado pela lama, pelo limo, pelo mundo das coisas ruins, pela noite, associa-se ao pecado, inferno, caos original, mas também à força criadora que se deriva de dor e sofrimento.*

*Inevitavelmente, um dos símbolos do ideal estético é a figura da mulher branca. (...) Cruz e Sousa foi o último poeta negro a fazer da mulher branca um símbolo de suprema beleza e espiritualidade, e a criar, a partir dela, algo correlativo para sua própria auto-aversão.*

Repete-se as modalidades enunciativas de derivar a obra das vicissitudes de uma vida sem lugar de expressão. Afinal, nos termos de Maingueneau<sup>12</sup>, que rito genético pode dar concreção à escrita deste

poeta? Se o escritório de Flaubert, o quarto escuro de Proust, a biblioteca situada no terceiro andar da torre do castelo de Montaigne são a referência assinalada aos lugares da entrada desses escritores no ritual da escrita, qual e como seria o local particular a dar corpo à escritura de Cruz e Sousa?

Neste caso, à incerteza sobre o seu processo de criação junta-se a certeza de uma biografia a partir da qual se constrói e legitima a inscrição de um grande escritor no campo literário. Certamente muitos gestos biográficos apontaram o poeta negro noturnamente recolhido em algum modesto aposento de alguma pobre estalagem no Rio de Janeiro<sup>13</sup>. Estas seriam as horas em que ele se colocaria às voltas com parcos papéis, manejando sua pena debaixo de uma fraca e fria lamparina. Tal seria a forma material de uma singular enunciação paratópica.

Contudo, além da construção da obra como objeto, a crítica trata de assujeitar o estilo de escritura do poeta a uma certa maneira de conceber o simbolismo, só formulável pelo estatuto que se aplica à linguagem na sua relação com tudo o que está fora dela.

Daí que o símbolo seja concebido como o que na linguagem não tem lugar de correspondência, de preenchimento referencial pré e pós-verificável. O símbolo corresponderia a uma vaguidão específica, para empregar aqui as palavras do título da crônica de Fernando Sabino. Mais do que manipular uma estilística empolada de figuras de linguagem, seria interessante pensar como este poeta infla sua poesia simbolista de imagens, como se assoprasse uma bexiga de plástico. É porque nada do que está dentro tem a ver com o que está fora que o balão inflado se mantém inteiro. Tudo dentro dele alimenta e remete a ele mesmo.

Estilo de escritura, estilo de existência, como diria Paolo Adorno<sup>14</sup>, receberiam aqui uma correspondência biúnivoca. Mas trata-se antes do estranhamento que imputa à obra poética de Cruz e Sousa a singularização de uma estética literária como efeito do lugar impossível da elaboração de um estilo de vida. Qualquer contato com a exterioridade resulta na implosão de um excesso de identidade.

## A LITERATURA SEM NOME DE LUGAR

Tem-se aí o ponto que pode assinalar uma nova entrada nesta problemática. Seria instigante pensar diferentemente o pouco espaço que Cruz e Sousa abre para a negritude como fator de auto-designação em sua obra. Que outro dispositivo de discurso se encontraria nesta espécie de fragilização identitária? Talvez assim como Robin<sup>15</sup> vê um dos escritores judeus entre os quais problematiza a afirmação da identidade, pode-se ver em Cruz e Sousa a emergência de uma minoridade que trabalha autofagicamente imbricando vida e obra. Isto significa dizer que se há fome de subjetivação é dela mesma que o poeta se alimenta, sem que a referência a si e à sua obra sucumba em erosão.

Em “Deusa Serena”<sup>16</sup>, poema cujo modo de designar a cor seria, para uma linhagem de críticos, o registro protocolar da identidade negativa do poeta, pode-se entrever o próprio da condição paratópica do escritor negro: nem reivindica, nem recusa uma posição afirmativa; antes, para muito além desse discurso, rarefaz os precisos contornos do que constitui o balão inflado de uma desidentificação. Da falta de lugar para ser sujeito, no domínio da discriminação racial colonialista em que a cultura branca é a única referência personológica para o negro escravo, o poeta esculpe o nicho impossível de sua auto-designação.

### NOTAS

---

1. Agradeço aos colegas Ruth Lopes e Emílio Pagotto, que me ajudaram, através dos ouvidos atentos, a construir um lugar possível de escuta para este trabalho.

2. D. Maingueneau, *O contexto da obra literária*. Tradução Marina Appenzeller. São Paulo: Martins Fontes, 1995. p.28.

3. Maingueneau, op. cit.

4. Para pensar a condição de escritores brancos, como Joaquim Manoel de Macedo, José de Alencar, Bernardo Guimarães, Castro Alves, é preciso compor um outro arquivo cuja chave de entrada consistiria em aceder ao modo com que cada autor construiu a escravidão como paratopia. É imprescindível advertir-se que não há de um lado uma minoria escravizada

## TRAVESSIA

e de outro um grupo de escritores com ela identificado, construindo aí sua situação paratópica de escritor. Em verdade, ao enunciar-se como pertinente ao movimento abolicionista, o escritor se constitui e constitui a forma do não-lugar a partir do qual produz sua obra abolicionista. Uma análise como se esboça aqui colocaria em questão o consenso e as certezas sobre a estereotipia negra na literatura brasileira, já que os ditos estereótipos, traços da negritude destituída de lugar enunciativo, corresponderiam à própria inserção problemática de sua enunciação no espaço literário. Falo da inscrição do funcionamento do lugar que tornou possíveis o escritor e sua obra. Não se pode fazer do negro uma personagem de qualquer maneira, em qualquer tempo, dadas as condições genealógicas de aparecimento de uma obra. Estas implicam ritos, normas, relações de força que perfazem uma instituição literária. Mas isto é trabalho para outro artigo.

5. D. Brookshaw, *Raça & Cor na Literatura Brasileira*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1983.

6. C.L. Innes, apud Brookshaw, op. cit., p. 152.

7. Brookshaw, op. cit. p. 152.

8. Idem, ibid.

9. Aludo aqui à noção de sinalética, termo cunhado por Bernard Boreston, (*Les titres de tableaux*. Paris: Puf, 1997), que corresponde a estruturas lingüísticas de nomeação e designação que, no campo da titulação da pintura, tornam possíveis a constituição discursiva de objetos a serem vistos e perspectivas de visualização. No caso em análise, falo de estruturas feitas de expressões lingüísticas cujo núcleo é o nome e de expressões cujo núcleo é o verbo, possibilitando respectivamente, no espaço discursivo da crítica literária, a constituição da escrita como objeto a ser esteticamente fruído e dos sujeitos como criadores e fruidores desse mesmo objeto.

10. Op. cit., p.156.

11. Op. cit., idem.

12. Op. cit., pp. 51-53.

13. Cf. programa realizado pela Rede Globo de Televisão em 1998, por ocasião dos 100 anos de morte do poeta.

14. *Le style du philosophe. Foucault et le dire-vrai*. Paris: Étions Kimé, 1996.

## **A LITERATURA SEM NOME DE LUGAR**

15. Robin, *Le Golem de l'écriture. De l'autofiction au Cybersoi*. Québec: XYZÉditeur, 1998. pp. 83-118.
16. Cruz e Sousa, "Deusa Serena". In: *Broquéis (1893), Obras Completas*. Rio de Janeiro: José Aguiar, 1961. p. 83.